

Tarcísio diz que concorrerá à reeleição em São Paulo

Após encontro com Bolsonaro, governador revelou seus planos

Por Gabriela Gallo

Com a autorização do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), visitou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em sua residência em Brasília, nesta segunda-feira (29). Além de Tarcísio, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho mais velho do ex-presidente, também esteve presente no encontro.

Bolsonaro, agora já condenado pela Primeira Turma do STF, está em prisão domiciliar após descumprir medidas cautelares. Após o encontro, Tarcísio e Flávio Bolsonaro conversaram rapidamente com a imprensa e disseram que a oposição se organizará melhor para a disputa eleitoral de 2026 após a definição da anistia para os envolvidos nos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023.

Para jornalistas, Flávio Bolsonaro destacou que a conversa entre Bolsonaro e Tarcísio se tratou de “um papo de amigos”. “[Foi um] bate papo sobre amenidades, obviamente falamos sobre política. Da minha parte, o recado que eu quero dar para todo mundo, para que não haja dúvidas, é que, independentemente de como as coisas vão transcorrer daqui para frente. eu, o Tarcísio, nós, os partidos de centro-direita, vamos estar juntos em 2026 para recolocar o Brasil nos trilhos a partir de 2027”, reiterou Flávio Bolsonaro.

Durante a conversa, o senador teceu elogios ao amigo do pai e aliado que governa o estado de São Paulo. “O Tarcísio é um dos principais ativos que



Reprodução/Instagram

Flávio disse que definição política para 2026 depende da anistia

a centro-direita tem. Ele está sempre fortalecido, é uma pessoa preparada, governador do estado com maior orçamento do Brasil. Com certeza, ter Tarcísio nesse quadro injeja muito a extrema-esquerda”.

Questionado pela imprensa, Tarcísio confirmou que é candidato à reeleição para governador de São Paulo. Contudo, Flávio Bolsonaro reiterou que a oposição discutirá eventuais estratégias para a corrida eleitoral de 2026 após a definição da anistia, ou não.

Anistia

Questionado sobre conversas em relação ao projeto de anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, Tarcísio disse que não abordou o assunto com Bolsonaro. “Por incrível que pareça, não conversamos sobre isso, mas eu quero dizer que eu já coloquei a minha posição claramente. Defendo a anistia como fator de pacificação, acre-

dito na paz dialogada, acredito que é um remédio que foi usado em outros momentos da nossa história”, reiterou o governador de São Paulo.

“Acho que muitas pessoas que estão presas não sabiam exatamente o que estavam fazendo. Já cumpriram a pena, já entenderam que toda a depreciação é deplorável, é condenável. O que aconteceu no 8 de Janeiro é deplorável, é condenado. A gente não pode estimular esse tipo de coisa. E não é falar de privilegiar eventualmente uma reincidência ou uma impunidade, não é nada disso. É conquistar um caminho para paz, eu acho que a sociedade merece esse caminho de paz”, ele defendeu.

No dia 17, a Câmara dos Deputados aprovou a urgência do projeto de lei que concedia anistia ampla aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro – tanto aqueles que depredaram as sedes dos Três Poderes como “todos os que participaram de

manifestações com motivação política e/ou eleitoral, ou as apoiaram, por quaisquer meios, inclusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços”.

Após a provação da urgência, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) designou o deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade-SP) como relator da medida. Ele adiantou que conceder uma anistia ampla, geral e irrestrita é “impossível”, e o texto, que está sendo elaborado, deve reduzir a dosimetria das penas dos envolvidos em 8 de janeiro – o projeto deixou de ser nomeado “PL da Anistia” para ser batizado de “PL da dosimetria”.

A mudança para a redução da dosimetria desagradou a oposição. Flávio Bolsonaro reiterou que a redução de penas não satisfaz os parlamentares da oposição no Congresso. Porém, eles irão aguardar o parecer de Paulinho da Força.

Alckmin “otimista” com encontro de Lula e Trump

Por Gabriela Gallo

Após manifestações dos presidentes dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump (Republicano), e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante a 80ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a expectativa é que os chefes de Estado se manifestem sobre uma reunião entre eles ainda nesta semana. Nesta segunda-feira (29), o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), disse estar otimista com o encontro entre Lula e Trump, especialmente para tentar resolver os embates resultantes das taxas de 50% impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros.

“Com esse bom encontro, como disse o presidente Trump, que deu uma química entre ele e o presidente Lula, eu acho que nós teremos novos passos e temos bons argumentos, porque o Brasil não é problema para os EUA, que tem superávit na balança comercial com o Brasil”, disse Alckmin em entrevista à rádio CBN.

Com a possibilidade de uma reunião entre os presidentes do Brasil e EUA, decisões sobre a Lei da Reciprocidade foram adiadas. Contudo, ainda não há uma data definida para o encontro. A reportagem questionou a Secretaria de Comunicação da Presidência da



Ricardo Stuckert/PR

Lula e Trump tiveram rápido encontro na ONU

República, que informou que ainda não há uma data prevista para o encontro entre os dois chefes de Estado.

Expectativas

A possível reunião Lula e Donald Trump será o primeiro encontro entre os presidentes desde o anúncio da taxação de 50% em produtos brasileiros. Nos bastidores, a expectativa é que os presidentes optem por uma reunião presencial em um terceiro país. Considerando a agenda internacional dos presidentes, eles poderiam se reunir na Itália (em 13 de outubro) ou na Malásia (25 de outubro). To-

davia, para acelerar os primeiros contatos, o Ministério de Relações Exteriores e o governo federal articulam a possibilidade de uma primeira conversa por telefone ou videochamada e depois o encontro presencial.

Ao Correio da Manhã, o professor de Relações Internacionais e diretor do Ibmecc Brasília Ricardo Caichiolo avaliou que, em um eventual encontro entre os presidentes, os principais pontos discutidos “seriam as barreiras comerciais, especialmente a anunciada taxação de 50% sobre produtos brasileiros”.

“A conversa também pode

abordar a cooperação em temas regionais, como segurança e estabilidade, além de possíveis acordos bilaterais que possam amenizar as tensões econômicas”, completou Caichiolo.

Questionado pela reportagem, o professor ainda disse que a relação entre os presidentes “poderia ser amenizada se ambos os lados demonstrarem disposição para negociar e encontrar soluções que minimizem o impacto das tarifas”. Dentre as manifestações, estaria “a busca por pontos de convergência, como a colaboração em áreas estratégicas que interessem a ambos os países”.

A reportagem ainda conversou com a internacionalista e especialista em Comércio Internacional na BMJ Consultores Associados Ana Beatriz Zanuni que reiterou a importância do diálogo entre os países desde as tarifas de 50%.

“A conversa entre os presidentes deve marcar, enfim, a reabertura do diálogo entre os países. Devido a receios da diplomacia brasileira com armadilhas políticas de Donald Trump, a abordagem do presidente Lula deve se pautar especialmente na importância das relações comerciais entre os países, buscando pontos de convergência. Ainda que o encontro ocorra, não se devem esperar maiores anúncios ou perspectivas imediatas de acordo entre Brasil e EUA”, salientou.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Luiz Silveira/STF



Ministro: um dos crimes não deve ser considerado

Moderados apostam na solução de Barroso

As declarações do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, sobre uma saída para redução de penas de condenados por golpismo está sendo vista entre políticos moderados como uma alternativa viável para o fim do impasse.

Em entrevistas concedidas nos últimos dias, Barroso — que deixou ontem a presidência do STF — defendeu o que já

manifestara em votos, a absorção do crime de tentativa violenta de abolição do Estado Democrático de Direito pelo de tentativa de golpe de Estado. O primeiro tem pena máxima de oito anos; o segundo, de 12.

Se aplicaria aí a tese de que o crime mais grave absorve o menos grave, assim como o de homicídio em relação ao de tentativa de homicídio.

Bolsonaro

Uma mudança no Código Penal que estabelecesse de maneira clara essa interpretação permitiria uma redução imediata de penas. A pena total de Jair Bolsonaro cairia seis anos e seis meses, período a que foi condenado por tentativa de abolição do Estado de Direito.

Apoios

Os dois ministros indicados por Bolsonaro — André Mendonça e Nunes Marques — já demonstraram ser contra o acúmulo de penas pelos dois crimes. Luiz Fux, que era a favor, mudou de opinião, como mostrou no julgamento do chamado núcleo crucial do golpe.

Joedson Alves/Agência Brasil



Condenados pelo 8 de Janeiro saíram da prisão

Redução geral de penas beneficiaria bandidos comuns

A existência de quatro e 11 ministros favoráveis à mudança diminuiria resistências ao uso deste caminho.

A progressão de regime seria suficiente para libertar a grande maioria dos condenados, muitos presos há mais de dois anos. Réus primários e de bom comportamento podem migrar do regime fe-

chado para o semiaberto depois de cumprirem 1/6 da pena.

Além da resistência da esquerda à concessão de benefícios a Bolsonaro há o temor de que mudanças diminuam o peso da punição de golpe de Estado e de crimes como formação de quadrilha armada, algo que beneficiaria bandidos comuns.

Tese vencedora

No julgamento de Bolsonaro e aliados, foi vitoriosa a tese do ministro Alexandre de Moraes, que prevê punição para os dois crimes. Para ele, os réus tentaram a abolição do Estado de Direito ainda durante o mandato de Bolsonaro; já a tentativa de golpe ocorreu depois.

Torcida

As bancadas de esquerda, especialmente as do PT e do Psol, torcem para que o PL, orientado por Jair Bolsonaro, continue a apostar todas as fichas na anistia e a rejeitar qualquer negociação. Avaliam que, assim, a oposição perderia o Centrão e acabaria isolada.

Prejudicados

A esquerda também vê uma vantagem adicional na manutenção, pelos bolsonaristas, da lógica do tudo ou nada. Caso inviabilizem a redução de penas, eles impedirão a liberdade imediata dos condenados pelos ataques às sedes de poderes no 8 de Janeiro.

Destinos

A rejeição do benefício parcial mostraria, na avaliação do PT, que Bolsonaro está preocupado apenas com seu próprio destino, e não com o de seus correligionários. Mesmo uma redução grande de penas não deve impedir que o ex-presidente seja preso.